



# As eleições no Brasil e os desafios dos trabalhadores

**S**exta economia mundial e maior país da América Latina, com PIB de US\$ 2,3 trilhões e 203 milhões de habitantes, o Brasil elegeu em outubro último o quarto governo de esquerda consecutivo, fato inédito na história brasileira.

A reeleição da presidenta Dilma Rousseff dará continuidade ao projeto popular e democrático que nos últimos 12 anos vem colocando em prática uma política de desenvolvimento econômico e social, com distribuição de renda, que já tirou mais de 40 milhões de brasileiros da pobreza, permitiu a conquista de aumento real de 72% do salário mínimo e ganhos econômicos para a grande maioria dos trabalhadores, gerou mais de 20 milhões de empregos (trazendo o desemprego ao patamar mínimo histórico de 4,7%) e implementação de uma série de grandes programas de inclusão nas áreas de educação, saúde e habitação.

Foi a disputa eleitoral mais acirrada e difícil desde 2002, quando o PT chegou ao poder com Luís Inácio

Lula da Silva: 51,64% no segundo turno contra 48,36% do conservador Aécio Neves (PSDB).

A vitória tem uma importância estratégica fundamental porque se dá em um cenário extremamente difícil, em que as forças conservadoras e neoliberais, lideradas pelo mercado financeiro, estão na ofensiva política em todo o mundo e jogaram todo o peso que puderam arregimentar para tirar a esquerda do poder no Brasil, o que incluiu o engajamento mais descarado já visto até hoje dos grandes meios de comunicação, inclusive estrangeiros.

A campanha da direita procurou mobilizar um profundo sentimento de ódio de classes, de racismo, de homofobia e todo tipo de preconceito contra os setores de esquerda, os excluídos e as minorias – a exemplo do que faz o Tea Party nos Estados Unidos e setores ultrarreacionários na Europa.

Essa radicalização extremada, nunca vista em uma eleição presidencial desde a redemocratização do Brasil, por outro lado, permitiu que a sociedade brasileira visualizasse com mais clareza quais os dois projetos que estavam em disputa: a continuidade das políticas populares de desenvolvimento com geração de emprego e distribuição de renda, ou o retrocesso às políticas neoliberais de ajuste fiscal, de privatizações, de Estado mínimo, de desemprego e perda de direitos dos trabalhadores.

Para fazer frente ao risco de um imenso retrocesso, as forças de esquerda e centro-esquerda se uniram e, puxadas pelo movimento sindical e pelos movimentos sociais, foram às ruas e conduziram uma das maiores mobilizações de massa dos últimos tempos, que contou com participação decisiva da juventude.

# Os impactos na América Latina

Com a reeleição de Dilma Rousseff e a vitória de Tabaré Vazquez da Frente Ampla em novembro, no Uruguai, a esquerda e a centro-esquerda consolidam uma década e meia de hegemonia política em uma porção estratégica da América do Sul, que inclui ainda Cristina Kirchner na Argentina, Nicolás Maduro na Venezuela, Rafael Correa no Equador, Michele Bachelet no Chile e Evo Morales na Bolívia.

A ascensão dessas forças de esquerda rompeu com o modelo neoliberal que dominou o Continente na década de 1990, levando esses governos a implementarem políticas desenvolvimentistas que tiraram dezenas de milhões de pessoas da pobreza (só no Brasil foram mais de 40 milhões), favoreceram as lutas dos trabalhadores e o ganho real de salários,

contribuindo para uma desconcentração da renda nunca antes conhecida na região.

Isso permitiu o fortalecimento do Mercosul e a criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), bloco de 12 nações que visa fortalecer as relações comerciais, culturais, políticas e sociais, fazendo frente ao imperialismo norte-americano e buscando uma inserção autônoma na geopolítica mundial.

A projeção internacional alcançada pelo Brasil nos governos democráticos e populares conduzidos pelo PT também o tornou um dos protagonistas na criação dos Brics, o bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que acaba de criar um Novo Banco de Desenvolvimento, uma alternativa dos países em desenvolvimento ao Banco Mundial e ao FMI.



## Manter a mobilização para avançar

As forças conservadoras e neoliberais, apesar da derrota nas urnas, mantém a ofensiva política, em sintonia com a grande mídia, para impor sua agenda. E reúne munção para tentar estrangular o novo governo.

O movimento sindical tem a clareza de que é preciso manter a mobilização para impedir retrocessos e continuar avançando nas conquistas dos trabalhadores e da inclusão social.

Centrais sindicais brasileiras e as forças

progressistas colocaram na sua agenda a luta por reformas necessárias para o aprofundamento da democracia brasileira, das quais duas são urgentes e primordiais: a reforma política e a democratização dos meios de comunicação.

Cerca de 500 entidades representativas em todo o país estão em campanha por uma Constituinte exclusiva para fazer a reforma política, tendo como uma bandeira central o fim do financiamento empresarial

das campanhas eleitorais.

Da mesma forma, o movimento sindical e dezenas de outras entidades organizadas no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) estão em campanha para regulamentar os artigos da Constituição brasileira de 1988 que impedem o monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação de massa e garantem a pluralidade e diversidade de ideias e opiniões na mídia.